



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA	5. OUT. 1979	REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Terceiro Mundo

Uma força ainda desconhecida

É habitual designar-se por países subdesenvolvidos ou do terceiro mundo aqueles que estiveram sob a dominação política-económica do Ocidente.

Hoje, e mais que nunca, esses países, onde vive mais de 70 por cento da humanidade, têm aparecido na cena política internacional, com toda a força que tem contribuído para a transformação das relações internacionais. Se entre os anos de 1955 a 1973 se aceitava essa designação, desde a crise do petróleo deve dizer-se que deixou de haver um terceiro mundo visto este se ter fragmentado em países "emergentes" pobres em desenvolvimento mas ricos em recursos e "proletários" pobres em desenvolvimento e recursos. A economia destes países, se bem que rudimentar, está ao serviço não do povo que lá vive, mas dos interesses das potências industriais, isto porque os recursos naturais são na sua quase totalidade explorados por companhias internacionais viradas para a exportação das matérias-primas. Assim encontramos um fraco índice de aproveitamento dos recursos naturais, o predomínio da agricultura no quadro das

actividades económicas, cumulativamente com o emprego de técnicas correspondentes a um estágio primitivo e pelo desinteresse que se verifica entre a actividade económica e as instituições jurídicas-políticas e sociais.

UM MUNDO DE CONFLITOS E TENSÕES SOCIAIS

Em qualquer análise que se faça a nível destes países, há que equacionar devidamente os factores principais que constituem ou contribuem para o seu subdesenvolvimento. A realidade social é esta: o nível de vida das populações é baixo. Daí que, das duas uma: ou não há elementos produtivos para criarem rendimento ou esse rendimento é mal distribuído e não é suficiente para a satisfação das necessidades indispensáveis. Portanto, encontramos geralmente duas camadas populacionais principais: uma que vive no luxo e na abundância e outra que vive na miséria. Na mesma ordem de ideias, existe um grande desequilíbrio entre os recursos económicos e a população, pois é nestes países onde se verifica uma taxa de natalidade elevada e já, gra-

ças à medicina, uma taxa de mortalidade pequena, o que ocasiona desequilíbrios estruturais. Aqui é chamado o Estado a intervir directamente eliminando esses desequilíbrios só o conseguindo fazendo enormes despesas em investimentos públicos. Mas, por outro lado, para que haja investimento é necessário que haja elementos produtivos que, por vezes, escasseiam, tais como a falta de infra-estruturas económicas e sociais, designadamente, de comunicação, de transporte, energia e hospitais. A falta de pessoal qualificado implica que a técnica utilizada seja rudimentar, e que os quadros das empresas não sejam preenchidos. Por outro lado ainda, não está difundido o espírito de empreendimento visto que, se os elementos produtivos escasseiam, os empresários privados recusam-se a investir em actividades que criem riqueza para esses países. Além desta componente, convirá realçar que a classe empresarial não é estimulada pelas ideologias contrárias ao espírito do lucro, da riqueza vigente nalguns destes países... pois que, para muitos, se Deus é quem dá a riqueza, porque é que o homem se

há-de preocupar com o estímulos da mesma. Assim, é difícil que haja interesse em investir pois a riqueza, o bem estar social, vem por outros meios, independentemente da sua criação. Se os particulares desses países não investem, maiores dificuldades têm os empresários estrangeiros, dada a inexistência de capital fixo e social, de pessoal qualificado de infra-estruturas vitais. Assim, é chamado o Estado a colmatar as falhas do sistema a fim de criar estímulo ao investimento: fornecer capital, abrir estradas, e vias férreas, construir portos, dotar o país de serviços competentes de saúde e criar escolas, difundindo a cultura e instrução. Simultaneamente, procederá à criação de empresas públicas e, ao mesmo tempo, ajudar as já existentes através da concessão de subsídios.

O ESTADO - MOTOR DE ARRANQUE

Mas como irá o Estado eliminar essas carências? Como sabemos, estes países têm uma alta propensão ao consumo, resultando aqui que o aforro seja reduzido. Os mercados são estreitos e a insuficiência de rendimento é uma constante. No entanto, o Estado não pode recorrer ao aumento da carga fiscal, pois que tais medidas iriam reduzir ainda mais o poder de compra dos contribuintes. Em alternativa, o Estado deita mão ao crédito contraindo empréstimos junto dos seus cidadãos ou das potências estrangeiras. Como estes empréstimos serão reembolsados ou em ouro ou em moeda que goza de confiança internacional, acontecerá que para além de não contribuírem em nada para o rendimento nacional não asseguraram o benefício da desvalorização da sua moeda. Além disso, agravam a balança de pagamentos, colocando o país em situação difícil para o reembolso, o que, não o fazendo, poderá ser pressionado pelos credores, resultando daí uma maior dependência. Portanto, não será aconselhável o recurso ao crédito externo, porque as gerações futuras terão que pagar os encargos daí advinentes, quando o mesmo não contribuiu em nada para o aumento do rendimento nacional.



negativos visto ela acarretar o açambarcamento, a fuga de divisas, a desvalorização da moeda, a falta dos preços dos bens de consumo e dos duradouros, quando afinal também a inflação faz com que haja aforro forçado que bem poderá ser canalizado para o investimento de bens de consumo. Mais: os preços elevados são um convite aos capitalistas nacionais e estrangeiros para investirem, uma vez que as expectativas do lucro são maiores.

UM CÍRCULO VICIOSO DE SUBDESENVOLVIMENTO

Será que nestes países funciona o multiplicador e acelerador?

O Estado faz despesas e por efeito delas vai aumentar o rendimento das pessoas que, por sua vez, irá ser consumido na sua quase totalidade. Mas como nestes países os bens de consumo são praticamente todos importados, dando origem a fugas de capitais para o estrangeiro, e como a oferta é inelástica os estrangulamentos surgem como sua consequência natural. Com efeito, trabalhando a maior parte da população na agricultura com técnicas primitivas, vegetando, dando origem a uma economia de autoconsumo, a oferta não corresponde ao aumento da procura. Portanto, é difícil conseguir-se estimular a produção aumentando a oferta correspondendo ao crescente aumento da procura. Assim, chegamos à conclusão que o multiplicador não funciona e muito menos o acelerador, embora se pensasse que, sendo a propensão marginal ao consumo elevada, bem como o acelerador, o efeito propulsor das despesas fosse enorme. No entanto, infelizmente isso não acontece, em virtude destes países com vista dependentes do estrangeiro na quase totalidade dos bens de consumo, das maquinarias, da técnica... enfim, do "know how".

Na verdade ter-se-á que analisar e ponderar muito bem a maneira como estes países irão resolver os seus problemas. Não só a ciência económica terá um papel determinante na compreensão e resolução dos mesmos mas também outras ciências poderão contribuir para o estudo destes países ajudando a encontrar soluções válidas para o seu bem estar social, para o aumento de credibilidade dos investidores estrangeiros e nacionais, enfim para o bem daqueles que foram mantidos na ignorância, no obscurantismo na opressão pelos países colonizadores.

Bil. Enc. L. Brasileira Teixeira Ribeiro F.P.

Assim, o Estado deverá recorrer ao crédito interno, junto dos "seus capitalistas", visto que o seu pagamento é feito em moeda nacional, o que garante ao país o benefício das desvalorizações, não sofrendo pressões por parte dos outros Estados, em virtude de ter soberania sobre os credores e de estes empréstimos não contribuírem fortemente para o desequilíbrio da balança de pagamentos. Mas geralmente acontece que os capitalistas do país recusam-se a emprestar ao próprio Estado na medida em que este, por um lado, oferece uma taxa inferior à corrente no mercado e, por outro, duvidam da política económica seguida pelo "seu" governo.

Esta situação pode levar a que o Estado tenha de recorrer ao seu poder soberano (congelando contas...) afirmado de que os referidos empréstimos sejam efectuados.

Entretanto, surge o reverso da medalha. Quando estas situações são previsíveis os capitalistas compram bens duradouros, divisas ou fazem depósitos em países estrangeiros. Para que isto não aconteça, geralmente o poder político aparece no mercado com várias espécies de empréstimos e como as perspectivas e os interesses dos

capitalistas são vários o Estado consegue os seus fins concedendo vantagens especiais aos seus credores tais como a isenção de impostos, garantias contra a desvalorização... inspirando assim a confiança aos capitalistas.

Eis que temos o Estado com fundos para eliminar os desequilíbrios estruturais: Em que sectores vai investir? Justamente, naqueles em que os lucros sejam diminutos ou mínimos com vista a não desincentivar a iniciativa privada. Mas chegados aqui, esbarra-se com a estreiteza dos mercados particularmente com os engarrafamentos dos produtos agrícolas.

Falamos do recurso ao crédito numa fase de arranque. Com ele chegamos ao momento em que o Estado deve lançar mãos aos impostos a fim de reduzir a tensão inflacionista proveniente das suas despesas. Nestas condições deverá conceder subsídios às empresas a fim de estimular o aumento de produção de bens de consumo e através do aumento da carga fiscal, reduzir o poder de compra aos consumidores, com especial incidência sobre as classes mais favorecidas e sobre o aumento de rendimentos da classe mais pobre. Estamos habituados a pensar que esta situação inflacionária só traz aspectos